

## MEMÓRIA DE REUNIÃO

### 1. Identificação da Reunião

8ª Reunião Ordinária da Câmara Executiva Federal de Identificação do Cidadão (CEFIC) de 2025.

Data	Horário	Local
09/12/2025	17h	Palácio do Planalto – sala 97

### 2. Participantes

Nome	Órgão	Cargo
Pedro Helena Pontual Machado	Casa Civil da Presidência da República - CC-PR	Secretário-Executivo Adjunto
Beatriz Vasconcellos de Araújo	Casa Civil da Presidência da República - CC-PR	Secretária Adjunta
Nicolas Wulk	Casa Civil da Presidência da República - CC-PR	Assessor
Rogério Souza Mascarenhas	Secretaria de Governo Digital -SGD/MGI	Secretário de Governo Digital
Hudson Vinícius Mesquita	Secretaria de Governo Digital -SGD/MGI	Diretor de Identidade Digital
Thalita Knupp A. de Carvalho	Secretaria de Governo Digital -SGD/MGI	Especialista em Análise de Processos de Negócios
Daniel de Souza Rosa	Secretaria de Governo Digital -SGD/MGI	Engenheiro
Ana Maria Costa Candido Lacerda	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI/MGI	Assessora Técnica
Enylson Flávio Martinez Camolesi	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI/MGI	Diretor-presidente
Katia Macarini	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI/MGI	Coordenadora-Geral
Maurício Augusto Coelho	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI/MGI	Diretor
Marcelo Oliveira Barbosa	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI/MGI	Coordenador-Geral
Adrienne Fernandes	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI/MGI	
Beatriz Marques de Jesus Figueiredo*	Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP	Coordenadora-Geral de Modernização Tecnológica
José Rocha de Carvalho Filho	Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP	Coordenador-Geral de Inovação
Isabel Seixas de Figueiredo*	Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP/MJSP	Diretora
Alexandre Silva Donnici	Instituto Nacional de Identificação – INI	Diretor Substituto
Saulo Giovani Silva	Instituto Nacional de Identificação – INI	
Reriton Weldert Gomes*	Receita Federal do Brasil - RFB	Coordenador-Geral
Rafael Neves Carvalho*	Receita Federal do Brasil - RFB	Coordenador-Geral substituto
Mara Cristina Salles Correia*	Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - MDHC	Coordenadora
Ricardo Pereira da Silva Faria*		

\*online

### 3. Pauta

- 3.1. Abertura
- 3.2. Informes gerais
- 3.3. Planejamento 2025/2026

#### 4. Relato

A reunião teve como finalidade principal a apresentação de um balanço das ações desenvolvidas ao longo de 2025 no âmbito da implementação da Carteira de Identidade Nacional (CIN), não havendo matérias deliberativas para apreciação. Inicialmente, foram destacadas as visitas institucionais realizadas aos estados, consideradas estratégicas para o acompanhamento da política pública, o diagnóstico da capacidade operacional local e a identificação de gargalos no processo de emissão do documento.

No balanço geral, abordaram-se os aportes financeiros realizados por meio de instrumentos federais de transferência de recursos, bem como os decretos que vinculam o acesso a benefícios sociais à existência de cadastro biométrico. Esses normativos foram apontados como mecanismos indutores para a ampliação da emissão da CIN e para a consolidação da base biométrica nacional. Foi ressaltado que a publicação de portaria específica em novembro de 2025 estabeleceu um cronograma escalonado, reduzindo a pressão imediata sobre os estados.

Conforme esse cronograma, a partir de maio de 2026, pessoas sem biometria cadastrada que solicitarem novos benefícios sociais deverão possuir a CIN. Em janeiro de 2027, a exigência passará a valer para todos os novos beneficiários e, em janeiro de 2028, também para aqueles que já recebem benefícios. Informou-se que campanhas de comunicação institucional serão realizadas, com uso de redes sociais e rádio, para ampla divulgação dessas exigências.

Foram apresentados dados atualizados sobre a emissão de CINs nas unidades da federação, indicando aumento da capacidade mensal dos estados, estimada em aproximadamente 2,6 milhões de documentos. A meta nacional foi ajustada para 100 milhões de CINs emitidas até dezembro de 2026. Destacou-se, entretanto, que o atingimento dessa meta exigirá crescimento significativo do ritmo mensal de emissões. Nesse contexto, enfatizou-se a importância de diferenciar as etapas de emissão e de impressão do documento, sendo esta última identificada como um dos principais gargalos operacionais.

Discutiu-se a possibilidade futura de ampliação do uso da versão digital da CIN, com eventual opção do cidadão por não receber o documento impresso, o que poderia reduzir custos e aliviar limitações operacionais. Reconheceu-se, contudo, que essa medida depende de amadurecimento institucional e de maior aceitação do documento digital pelos órgãos responsáveis pela conferência de identidade, tratando-se de uma perspectiva de médio e longo prazo.

Ressaltou-se o volume expressivo de documentos já emitidos, bem como a importância de identificar previamente o público que será impactado pelas exigências a partir de 2027, de modo a orientar campanhas informativas mais eficientes. Também foram abordadas preocupações quanto à capacidade do sistema de emissão, com o objetivo de evitar filas e frustrações para a população. Informou-se que essa capacidade vem sendo continuamente mapeada, inclusive durante as visitas aos estados, com foco especial nos gargalos existentes, sobretudo na etapa de impressão do documento físico.

Na sequência, foi apresentado o status geral do projeto, incluindo aspectos relacionados à inscrição e alteração no CPF e à situação da emissão da CIN nas unidades da federação. Foram relatados avanços nas articulações para viabilizar a emissão da CIN no exterior, por meio de cooperação institucional, considerando o contingente significativo de brasileiros residentes fora do país.

No que se refere ao repasse de recursos aos estados, informou-se que parte das propostas apresentadas foi selecionada, totalizando 44 milhões de reais, encontrando-se o processo em fase de formalização contratual. Esclareceu-se que, apesar das diferenças entre as realidades estaduais, os contratos estabelecem metas voltadas ao aumento da emissão de CINs, com potencial incremento relevante da capacidade mensal, ainda que não exista padronização nacional para mensuração dos custos de emissão.

Foi apresentado o planejamento para o período 2025/2026, com destaque para as ações consideradas prioritárias. Entre elas, ressaltou-se o Serviço de Controle de Fluxos da CIN, cujo processo de aprovação avança nos grupos técnicos de trabalho, com previsão de implantação faseada e participação ativa dos estados. Destacou-se também o avanço do Serviço Biométrico Federal, com termos de compromisso firmados, testes técnicos em andamento e processamento de lotes de documentos, condicionado à plena implantação do Modelo Informacional no governo federal.

Outras ações prioritárias incluem o Protocolo de Cancelamento, desenvolvido de forma integrada às demais iniciativas estruturantes, a análise da qualidade das impressões das CINs, sem identificação de problemas relevantes até o momento, e as integrações com o Registro Civil, a Declaração de Nascido Vivo e a Declaração de Óbito, consideradas essenciais para aumentar a segurança, reduzir inconsistências cadastrais e acelerar o fluxo de emissão do documento.

Quanto ao credenciamento de gráficas e personalizadas, informou-se que o processo se encontra em fase de análise regulatória, com previsão de discussões técnicas, consulta pública e início dos credenciamentos ao longo de 2026, sem expectativa de impacto significativo nos custos de emissão.

Por fim, reforçou-se a importância de manter no planejamento futuro a realização de visitas periódicas aos estados, em razão do impacto positivo observado, e mencionou-se a possibilidade de deliberações virtuais sobre matérias pendentes ainda no corrente ano, encerrando-se a reunião após o cumprimento da pauta.

Finalizada a pauta, a reunião foi encerrada.